

A OPÇÃO PELA ESCOLA PÚBLICA: UMA VIDA NO/DO FEMININO (1964-2014)

Lia Ciomar Macedo Faria¹

Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Brasil

Eixo 2

Aos dezesseis anos, oriunda de típica família classe média do Rio de Janeiro, munida de diploma e muitos sonhos, entrava eu em uma sala-de-aula bem longe de casa, descobrindo, naquele momento, realidades sociais totalmente diferentes da minha. Do meu espanto inicial brotaram muitas questões, algumas puderam ser trabalhadas durante a minha trajetória ao longo de 50 anos de magistério público, outras tantas foram surgindo durante esse processo, muitas me inquietam ainda hoje. E essa inquietação provoca permanentemente a busca de caminhos e novas indagações. Uma pessoa em busca – é assim que me vejo revisitando o meu percurso. Do início, de professora primária, formada pela Escola Normal em 1964, até os dias de hoje, trabalhando na Faculdade de Educação da UERJ. E é nesses termos que analiso o *magistério no feminino* na perspectiva da história da educação brasileira.

Palavras-Chave: História da Educação, Histórias de vida, trajetórias profissionais, Mulheres e Brasil.

A opção pela escola pública: uma vida no/do feminino (1964-2014)

"Sou lama
E sou lago
Sou fel
E sou mel
Sou sua
E do mundo
Sorriso
Riso
Pranto
Lamento
Sou passado
E futuro
Quando rebusco
Entranhas
Raízes"
(FARIA, 1991)

Introdução

¹ Professora-Associada da Faculdade de Educação (ProPEd/UERJ); Coordenadora do Laboratório Educação e República (LER); Pesquisadora da Faperj no programa Cientista do Nosso Estado e do PROCENCIA UERJ/FAPERJ

Aos dezesseis anos, oriunda de típica família classe média da zona sul do Rio de Janeiro, munida de diploma, anel de grau e muitos sonhos, entrava eu em uma sala-de-aula bem longe de casa, do outro lado do túnel², descobrindo, naquele momento, realidades sociais totalmente diferentes da minha. Pouco depois estava numa sala de aula na favela e descobria a miséria. Do meu espanto inicial brotaram muitas questões, algumas puderam ser trabalhadas durante a minha trajetória ao longo de 50 anos de magistério público, outras tantas foram surgindo durante esse processo, muitas me inquietam ainda hoje. E essa inquietação provoca permanentemente a busca de caminhos e novas indagações.

Uma pessoa em busca – é assim que me vejo revisitando o meu percurso. Do início, de professora primária, formada pela Escola Normal Ignácio Azevedo Amaral em 1964, até os dias de hoje, vivenciei as duas primeiras décadas da minha vida profissional exclusivamente dentro das salas de aula, em todos os níveis de ensino da educação básica. Atualmente, desde 1990, trabalho como professora na Faculdade de Educação da UERJ.

A profissão de jornalista, minha primeira graduação, concluída em plena ditadura, era para mim o gosto amargo de se trabalhar sem liberdade. O curso de história, feito em seguida, ajudou a clarear um pouco algumas das minhas questões. Como professora de história, pude me dedicar à educação, prioritariamente, à escola pública, na luta por uma escola pública de qualidade, voltada para a maioria da população. Essa se tornou minha maior paixão política.

Assim, fazendo o meu inventário *gramsciano* como mulher, mãe, avó, poeta, educadora, percebo como estas faces estão entrelaçadas em minha vida familiar, também como professora, casada por 44 anos, mãe de três filhos, avó de cinco netos, professora de incontáveis alunos, com um caminho de estudo e trabalho, com textos, livros, conferências sobre Educação, com cargos de grande responsabilidade na área educacional – e ainda uma pessoa em construção, em luta.

Como marcos fundamentais da minha trajetória destaco: CEJE - Colégio Estadual Jamil El-jaick (em Nova Friburgo), o Encontro de Mendes (anos 1980), o PEE I (I Programa Especial de Educação – anos 1980), o Mestrado na FGV - Fundação Getúlio Vargas e a FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia (atual UFRJ), onde vivi o movimento estudantil da época, foi a grande escola de política da minha geração. De lá saíram grandes lideranças que até hoje permanecem no cenário político.

O CEJE - Colégio Estadual Jamil El-jaick de Nova Friburgo (cidade onde vivi de 1976 a 1983), onde pude refletir a partir da prática, um projeto educacional, deste modo ousando, desobedecendo, desprogramando. O grupo de professores da área de Estudos Sociais³, da qual era integrante e coordenadora, trouxe para a escola o

²Túnel que liga Botafogo (Av. Lauro Sodré) à Copacabana (Av. Princesa Isabel), facilitando o percurso entre Zona Sul e Zona Norte. A escola pública - Classe de Cooperação São Sebastião - ficava no bairro de Parada de Lucas, zona norte da cidade (Av. Brasil).

³ Durante a ditadura militar, mais precisamente no governo do general Emílio Garrastazu Médici, História e Geografia foram fundidas em uma única disciplina, intitulada Estudos Sociais. Restrita ao ensino de primeiro grau (atual ensino fundamental), a referida disciplina visava promover, a partir do estudo integrado das Ciências Sociais e Humanidades, as

mundo em ebulição naqueles anos, promovendo eventos, tais como: "Semana do Negro e do Índio", "Semana da América Latina", "Semana Manoel Maurício de Albuquerque", reinventando os recursos didáticos, tornando vivos os conteúdos programáticos. As repercussões dessa iniciativa na comunidade local apontaram para a participação da Escola na emergência e politização dos movimentos sociais que surgiram então em Nova Friburgo. Entre outros, Movimento da Mulher, Movimento Negro, 1ª Associação de Moradores, participação sindical no então CEP (Centro Estadual dos Professores) e na construção do PT- Partido dos Trabalhadores⁴.

O Encontro de Mendes, em outubro de 1983, foi a fase final do primeiro encontro de professores públicos em todo estado do Rio de Janeiro, para discutir uma nova proposta pedagógica. Tal momento representou o marco mais significativo, o sonho virando realidade. Nesse encontro participei como delegada do polo Norte Fluminense, sendo nessa noite convidada pelo professor e vice-governador Darcy Ribeiro a participar do I PEE – Programa Especial de Educação, também por ele presidido, prioridade do governo Leonel Brizola. Minha trajetória profissional reinicia uma nova fase, aceitando a responsabilidade e o desafio de ser coordenadora pedagógica do I PEE e coordenadora de treinamento de pessoal dos profissionais que iriam atuar nos CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública. Devido à nova atividade, volta a morar no Rio de Janeiro.

Apesar das experiências no ensino particular, a escola pública continuava o centro do meu interesse e movida pelo novo desafio procurei em 1985, o curso de Mestrado em educação no Instituto de Estudos Avançados (IESAE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na ânsia de teoricamente, aprofundar a reflexão sobre o papel da Escola Pública na sociedade brasileira. Enfim, como atuar dentro da Escola com uma prática transformadora? Assim, confrontei-me com meus lados mulher e professora.

Como aquela mulher educada historicamente para a submissão pode ter um papel transformador na escola? No meu cotidiano escolar, observava a falta de uma maior compreensão sobre as relações entre o feminismo e a educação. A minha pesquisa buscava identificar como a problemática do ser mulher afetava o magistério, majoritariamente feminino, e as possíveis dificuldades para a transformação da escola pública. O estudo apontava para uma nova mulher, enfim sujeito do seu desejo e da sua própria história.

competências cívicas do cidadão brasileiro – tal como propunha o Conselho Nacional de Estudos Sociais dos Estados Unidos da América. Já as disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), reorganizadas durante o regime militar, eram voltadas para o ensino de segundo grau (atual ensino médio). Ambas as disciplinas se tornaram componentes curriculares obrigatórios a partir da vigência do Decreto-Lei 869/68. Ao substituírem a Filosofia e a Sociologia, OSPB e EMC se constituíram como verdadeiros braços ideológicos da ditadura militar, notadamente por meio da exaltação exacerbada do civismo e do nacionalismo, bem como por estimular o ensino de informações meramente factuais em detrimento do desenvolvimento de reflexões analíticas sobre a realidade brasileira. Cf. GERMANO (1994) e CUNHA (1989).

⁴ Em 1982, fui candidata ao cargo de prefeita para a região de Nova Friburgo – primeiras eleições diretas pós golpe de 1964.

Neste sentido, o repensar a Educação tem me acompanhado ao longo de toda a minha vida profissional. Ao aceitar alguns convites, como de Secretária Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Municipal de Niterói nos anos 1990, também participando de seminários, congressos, conferências, encontros em torno de temas pertinentes à educação, em diversos lugares do país e mesmo no exterior, o sentimento que me move continua sendo o debate sobre a educação pública.

Meu doutorado em Educação na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – contribuiu para aprofundar minha reflexão acerca dos impasses com que me defrontei nas minhas diferentes práticas educacionais, como Secretária Municipal de Educação em Niterói por oito anos, como coordenadora pedagógica, já no II Programa Especial de Educação, nos anos 1990.

Por outro lado, foi a oportunidade de viver a experiência de dirigente sindical, de liderança do SEPE (Sindicado Estadual dos Profissionais de Ensino), que também contribuiu muito para a minha formação como mulher e cidadã. Tornando-me deste modo, cada vez mais comprometida com a atual realidade da educação brasileira, que tanto nos convoca a construir.

Assim, venho desenvolvendo estudos sobre a formação ideológica dos professores e suas memórias, particularmente, quanto à questão do imaginário feminino. O recorte histórico das minhas pesquisas é a minha geração, as mulheres dos anos 1960; o olhar feminino sobre as ideologias e utopias daquela juventude.

A paixão de uma pessoa sempre em busca – creio que tem sido esse o fio condutor da minha trajetória, através também da minha face poeta, reveladora através da palavra (afinal, no princípio era o Verbo) deste movimento rebelde, resistente, irreversível, que me move.

Portanto, acredito que minha poesia/luta se revela como expressão desse inconformismo, dessa rebeldia, dessa vontade de romper para que, finalmente, o lúdico, a solidariedade e as artes inundem a escola.

Historiar mentalidades e ideias

O imaginário se manifesta ao fazer histórico através de um universo de significações, sendo o mundo social constituído e articulado em função de tais significações. Logo, uma utopia, uma visão social de mundo, uma doutrina, expressam as relações e representações do processo histórico daquele momento. Os diferentes aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais, e principalmente das chamadas minorias (negros, mulheres, homossexuais entre outros) e seus imaginários sociais, nos apontam as contradições historicamente construídas.

O homem e a mulher utópicos vêm caminhando para atingir uma subjetividade moderna, resistindo a duas formas de sujeição: individualizar-se de acordo com as exigências do poder ou prender-se a uma identidade sabida e bem determinada. A utopia de resistência se inspira no pensamento de Foucault, que diz ser possível viver a vida como obra de arte, sem que esta necessite ser regulada por uma estrutura jurídica rígida ou por um sistema político autoritário (Foucault, 2003).

Segundo ainda o filósofo francês, cada sociedade tem discursos que funcionam como verdadeiros, embora sempre haja rupturas e novas mentalidades em gestação. As principais instituições guardiãs do discurso de cada época têm sido a família, a igreja e a escola que se incumbem de transmitir os valores *verdadeiros*.

Portanto, nossa preocupação metodológica foi incorrer numa visão evolucionista, optando pelo viés da história das mentalidades ou das ideias, não só analisando os modelos econômicos e políticos da sociedade, mas também as estruturas e subjetividades do pensamento universitário daquela década.

A partir desse inventário de uma geração, lançamos nosso olhar feminino, sobre ideologias que povoaram o imaginário social e político das universitárias do antigo estado da Guanabara⁵. Nosso objetivo foi trilhar e farejar memórias e sentidos que povoaram os caminhos e descaminhos daquela década.

Historicamente, as mulheres trabalhadoras não identificam o masculino e o feminino como criações culturais. Deste modo, a política, o sistema jurídico, a religião e a vida intelectual e artística se impõem como construções de uma cultura predominantemente masculina. Assim, aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos.

Mas se o discurso e a prática válidos têm sido as do homem, enquanto parte desse humano construído historicamente, não se pode perder de vista o humano em geral, devido ao risco de se incorrer em um *machismo* feminino. Um mundo mais justo, portanto, só será construído com a participação ativa também das mulheres, a partir dos anos 1960. Tais bandeiras de luta demarcam a discussão política, uma vez que a opressão à mulher e sua tentativa de libertação se processavam tanto em regimes considerados de esquerda, como de direita.

Portanto, trata-se de considerar que, na década estudada, a maioria das universitárias é oriunda dos diversos extratos da classe média – bastante afetada pela propaganda de valores consumistas veiculados pelos meios de comunicação, o que torna provável que muitas delas sejam vítimas/cúmplices desse processo de alienação.

Desta forma, procuramos detectar até que ponto os discursos do universo feminino, aliados aos da mídia televisiva, das revistas e dos periódicos da época, são instâncias de significação e filiam-se a uma memória política, legitimando seus locutores. O que a pesquisa revela é que a alienação histórica feminina tem contribuído muitas vezes para o fortalecimento do papel reprodutor da educação, pois sendo o magistério majoritariamente feminino, sua própria submissão está presente nas salas de aula.

Os espaços ditos femininos, como a escola e a casa, muitas vezes revelam no seu cotidiano a introjeção de todo um discurso opressor masculino, também por parte das mulheres. Há oprimidas que oprimem...

⁵ Os dois estados, Guanabara e Rio de Janeiro, são fundidos em 1975, pelo governo militar, em um Novo estado do Rio de Janeiro. Fato político conhecido como a FUSÃO.

A importância de pesquisas, no campo da história da educação, reside no fato de que a escola também se constrói pela ação dos agentes do processo educacional, especialmente a professora, enquanto sujeito histórico. Logo, as professoras necessitam identificar as condições simbólicas e imaginárias que as produzem em cada sociedade.

A presença petrificada da mulher na história social brasileira, como mucama, sinhá-moça, escrava ou professorinha, começa a ganhar outros contornos quando iniciam efetiva participação no cenário social, promovendo possibilidades de mudança no horizonte da construção de uma nova mulher, sujeito de sua própria história, profissional competente e militante política. A nova professora afirma-se, além de seus papéis de tia/ou professorinha, para assumir o papel de cidadã, consciente de sua autonomia intelectual.

Aparentemente, se observam mudanças nas mulheres do século XXI, revisitando a geração dos anos 1960. Entre rupturas e permanências, identificamos, de fato, uma nova mulher consideravelmente diferente das mães e avós das décadas anteriores à década de 1960.

Por outro lado, as mulheres, assim como os homens, têm identidades múltiplas e diferentes imaginários. Não podemos, portanto, definir um único ideal feminino, na medida em que essa suposta identidade feminina é difusa e plural, em meio às suas contradições históricas. O que se coloca então para os cientistas sociais é o reexame desses nossos múltiplos, que contradizem uma única concepção simplista de universalidade.

Um novo papel social da mulher exigiria um repensar dos gêneros, uma mudança correspondente no papel social do homem, uma vez que o desempenho de cada ator social depende de sua interação com o outro. Há pouco tempo, o casamento modificava a condição civil e social da mulher, exigindo inclusive a adoção do nome da família do marido. Atualmente, a legislação permite a cada um dos cônjuges manter o próprio sobrenome. Tal atitude é uma forma, entre outras, de resistência das mulheres para manter a identidade, já que o sobrenome faz parte integrante da personalidade de um indivíduo, o "nominando".

Deste modo, ao sair da esfera privada da família e ingressar na esfera pública - através da escolarização, do trabalho ou da militância política - a mulher dos anos 1960 tem maiores possibilidades de superar a própria alienação, imposta pela tradicional *condição feminina*.

O sonho do mundo melhor: *as flores vencendo os canhões*

Na tentativa de analisar o imaginário daquela década, levantamos algumas ideias que norteiam o comportamento político-social da juventude universitária da época. Entre elas, nacional desenvolvimentismo; Paz e Amor; juventude revolucionária, profética; dicotomia esquerda-direita; contracultura; igualdade de direitos para negros e mulheres e liberdade sexual.

Talvez, nunca se tenha sonhado tanto. Diante do quadro de misérias, injustiças sociais, violências e guerras intermináveis, aqueles jovens protestam e lutam,

movidos pelo sonho de um mundo melhor, independentemente do sistema capitalista ou socialista. O início dessa explosão jovem dá-se em 1962, com o advento do grupo inglês The Beatles, que desencadeia novas formas de comportamento. Mais tarde, já como um fenômeno mundial – John Lennon, Paul McCartney, George Harrison, Ringo Starr, apontam para a construção de um mundo novo, expressando tendências diversas.

Em pleno século XXI, as músicas dos Beatles ainda são relançadas com sucesso, o que sinaliza que algumas tribos não só permanecem, como continuam atraindo novos adeptos, através de mensagens *eternas*.

O sonho de um mundo melhor moveu milhares de jovens, rumo a um movimento gregário, quase espontâneo em alguns momentos. Enquanto grupo social, eles significaram, na época, o que atualmente representa a participação política, social, e profissional das mulheres. Nesse contexto, alguns dos temas mais mobilizadores foram a crise da sociedade industrial-urbana e a necessidade de um retorno e maior respeito à natureza, sendo o movimento hippie a grande expressão dessa concepção. Paralelamente, estão presentes também, as ideias de combate às guerras e a luta pela paz no mundo. As marcas dessas utopias se encontram em expressões como Paz e Amor e Faça Amor, não Faça a Guerra, disseminadas pela juventude daquela década. Por outro lado, um traço bem forte dessa geração era a crença de que deveriam e poderiam mudar o mundo, desvelando ideias de luta e revolução, em meio a um certo romantismo ingênuo.

De qualquer forma, em todo o processo sócio histórico, os principais mitos e lideranças são quase sempre masculinos, cabendo às mulheres um papel geralmente secundário na construção das utopias que movimentaram os anos 1960.

Outro grande tema que ocupa lugar expressivo nos debates sobre o processo de emancipação humana é a questão da mulher e da opressão feminina, perpetrada pelos homens ao longo da história de uma sociedade machista. Tais questões transcendem o simples confronto dos regimes políticos, priorizando a luta pelos direitos da mulher, o combate ao machismo, o amor livre, a luta pela igualdade de direitos. O Movimento Feminista, entre outras lideranças se fortalece através da norte americana Betty Friedan. Naqueles anos as mulheres dão início a um movimento de autonomia política e profissionalização feminina. As classes médias vão à luta por seus direitos, mas para as classes populares, esse processo se revela mais difícil, por ainda enfrentarem duas opressões: a de gênero e a de classe, somadas à questão étnica, no caso da mulher negra.

Desta forma, muitos mitos povoaram sonhos daquela geração, ao longo de três décadas, dos anos 1960 aos 1980: o sonho americano da democracia e do *welfare state*; o sonho da Revolução de 1917, que traria finalmente a igualdade entre homens e enfim, o sonho hippie de Paz e Amor, vencendo as guerras. Todos esses movimentos contribuíram para novos comportamentos que se delineiam acompanhados de uma consciência etária, uma oposição jovem/não-jovem. Talvez, ao longo do processo histórico da humanidade, a juventude nunca tenha assumido um papel social tão determinante.

Nessa conjuntura, a Arte constitui-se também como construção utópica, o que se expressa nas criações artísticas de jovens talentos como na música de Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Geraldo Vandré, cujas obras exaltavam a construção de um mundo melhor.

Outra tendência era a concepção de vivência em comunidade, o que dá origem à formação de grupos como os músicos mineiros e baianos⁶. Ao mesmo tempo, o teatro engajado do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional de Estudantes (UNE) preocupa-se com a didática da revolução, buscando reproduzir as práticas de trabalho coletivo. Se compararmos ao mundo altamente tecnológico de hoje, associado a uma cultura do individualismo e do narcisismo, a década de 1960 direcionou o comportamento dos jovens para uma visão coletiva e a vida em comunidade, baseada na solidariedade de seus membros.

Vanguarda e Conservadorismo

Como as mulheres brasileiras, particularmente as professoras, participaram da construção desse novo projeto de sociedade?

A esquerda católica, influenciada pelas Encíclicas Papais de João XXIII, estava presente no meio jovem, com a criação da Ação Popular (AP). O Partido Comunista, que detinha a hegemonia do pensamento de esquerda no Brasil, sofre um enorme abalo a partir de 1961, com denúncias dos crimes de Stalin, levando à divisão entre o Partido Comunista Brasileiro (PC do B), de linha soviética, e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha chinesa-maoísta, que optou pela guerrilha rural.

O que os estudos sinalizaram é que a utopia de um mundo de igualdade social foi o objetivo maior daquela geração, que acreditou na luta armada, como uma possibilidade, que permitisse ao país ultrapassar o estágio de subdesenvolvimento. O movimento pela mudança social irá envolver também as mulheres, levando as jovens universitárias a um processo de revisão crítica de seu papel na sociedade. Alguns nomes se destacaram durante aquele movimento revolucionário, como Sônia Stuart Angel, Yara Iavelberg e Inês Etienne Romeo⁷. As tragédias vividas por essas mulheres e outras tantas no início da década seguinte confundem-se com a

⁶ O Casarão do Solar da Fossa, em Botafogo (hoje o Shopping Rio Sul) foi um dos locais que abrigou artistas, poetas, jornalistas e compositores vindos de várias regiões do Brasil, representando um verdadeiro celeiro cultural. Os Tropicalistas (tendo como principais representantes Caetano Veloso, Gilberto Gil, Os Mutantes, Tom Zé, Jorge Bem, Maria Bethânia, Gal Costa e Torquato Neto) e os Novos Baianos (composto por Moraes Moreira, Baby Consuelo, Pepeu Gomes, Luiz Galvão, Dadi e Paulinho Boca de Cantor), formavam um desses grupos.

⁷ Todas militantes marxistas e integrantes de organizações guerrilheiras da extrema esquerda. Sônia Stuart (1946-1973) participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira pelo grupo Ação Libertadora Nacional (ALN). A psicóloga e professora Yara (1944-1971) integrou à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Inês Etienne (1942-2015) foi militante e dirigente das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e da POLOP. Todas passaram pela prisão clandestina e por torturas, sendo que a única que conseguiu escapar à morte foi Inês Etienne. Tanto Sônia, quanto Yara foram, aos 27 anos de idade, comprovadamente assassinadas por agentes da ditadura. Inês faleceu em abril de 2015, aos 72 anos.

própria tragédia da esquerda brasileira. Mas a participação feminina enquanto liderança se revelou minoritária.

Cabe também destacar, como marcos históricos significativos, os Seminários Nacionais de Reforma Universitária, organizados pela União Nacionalista dos Estudantes (UNE) em 1961 e 62. Através das cartas da Bahia e do Paraná identificamos os objetivos e princípios do projeto político-social daqueles estudantes. As principais críticas se referiam ao caráter diletante da universidade como simples transmissora/repetidora da cultura acumulada. Em contrapartida, destacavam a necessidade de um maior esforço para as atividades de pesquisa. Deste modo, acreditava-se que a comunidade universitária se transformaria em um instrumento do desenvolvimento histórico, apontando a educação como um dos caminhos para as reformas, sem o que se tornaria impossível a evolução da nação para uma verdadeira democracia. O que se observa é uma representação romântica quanto à dimensão dos "poderes" de professores e alunos no processo de transformação social.

Mas apesar do discurso vanguardista dos estudantes, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, sancionada em 1961, mantém um quadro social em que as classes populares continuam tendo pouco acesso ao ensino universitário. Por outro lado, o processo de intervenção nas universidades latino-americanas acompanha os golpes militares que ocorreram ao longo dos anos 1960. Quando em 1966, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) assinou o convênio com a *United States for International Development* (Usaid), um de seus principais objetivos era "determinar o que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil". O projeto também objetivava formar *novas lideranças* pautadas em pressupostos antinacionais, se voltando contra a gratuidade da universidade pública.

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Contraditoriamente, apesar do momento repressivo, após o golpe militar de 1964, e da ideologia conservadora que o regime militar imprimiu à educação, o espaço da universidade pública, ainda propiciava condições para que se elaborassem críticas, de alguma forma utilizada para a oposição ao regime. Teses e dissertações foram produzidas a partir dos anos 1970/80, questionando a ideologia dominante e os pressupostos científicos hegemônicos.

Se levarmos em conta a recente tradição democrática de nosso país e a interrupção abrupta que ocorre em 1964, podemos observar que, em termos legais, pouco se fez até à Constituição Federal de 1988, para não considerar a mulher, a criança, o jovem e o índio, cidadãos de segunda categoria. As práticas opressoras desenvolvidas ao longo da história brasileira, pela Igreja e pelo Estado, não serão facilmente superadas.

Tal fato ocorre porque a mulher foi escolhida para representar o papel da professora sendo "adestrada" para exercer a função de reprodutora de um saber instituído, que convinha àquela sociedade. Assim, professoras, durante décadas, representaram uma das principais defensoras das normas e modelos masculinos que a sociedade capitalista apregoava, mantendo sua hegemonia.

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa, identificamos dois domínios sociais básicos: a rua e a casa. No domínio da casa, situado entre o mundo exterior e o interior, estão as janelas, de onde se vê a rua em constante movimento. Certas áreas da casa permitiriam comunicar o de dentro com o de fora e, através de outra leitura, o feminino com o masculino.

Também outro espaço social bem definido, no Brasil, dentro de casa, é a chamada área de serviço e/ou dependências de empregada. Aqui temos um espaço que relaciona o mundo da casa com a rua, o trabalho, a pobreza e a marginalidade. Além da dicotomia político-privado ou casa-rua, há um universo de conflitos e contradições femininas que tem na janela um significado e um limite de seu imaginário. A mulher está sempre na janela, simples expectadora da vida e não sujeito dela, apenas vendo a vida passar, ou também como objeto sexual do homem, como um produto, nessa vitrine doméstica e/ou comercial.

Quanto ao papel feminino, sacrifício, dedicação e necessidade, estão historicamente associadas à função da mulher, remetendo aos principais símbolos femininos: esposa e mãe. A profissão de professora era valorizada como um ofício recomendável para as mulheres. As relações mãe/professora e mãe/educação fazem com que o modo de ser da mulher venha sempre associado à formação de crianças e adolescentes. Se considerarmos que até o início dos anos 1960, as mulheres em sua maioria eram subjugadas pelo machismo, compreende-se, diante de tais referências impostas à imagem feminina, porque o único espaço profissional bem aceito fosse o magistério.

Cabe ainda ressaltar o uso sistemático de diminutivos, relacionados a elas: mocinhas, aulinhas, professorinhas. Por outro lado, o símbolo da beleza surge como representação de mulher, enquanto mãe ou professora. Enfim, as mulheres, além de meigas, suaves e lindas, devem ter muito amor para dar, mesmo nos espaços supostamente profissionais, como a escola, negando deste modo, a autonomia da profissionalização feminina.

Ao fim e ao cabo, o que os estudos sinalizam é que o pensamento característico dos anos 1960 sobrevive diluído na pluralidade das tribos deste século XXI, em diferentes marcas de ruptura e permanência. Nesse sentido, se sobressai a tribo das mulheres, amazonas contemporâneas, que não querem mais se confrontar com os homens, mas lutar lado a lado em direção a um mundo de paz e justiça social.

Uma questão que permanece aberta é o direito à educação de qualidade, em particular, o acesso à Universidade Pública. Embora aquela geração tenha rejeitado os modelos pedagógicos de suas mães e avós, de certo modo, também não integrou ainda a escola à velocidade tecnológica dos meios de comunicação e à complexidade do atual mundo globalizado.

A mulher-cabeça dos anos 1960, troca o antigo papel de Amélia⁸, que achava bonito “não ter o que comer” pelo de super-mulher, e em muitos casos, se torna a cabeça do casal. Ao mesmo tempo, a escola perde sua centralidade social nas últimas décadas.

De certa forma, os dois grandes mitos percebidos ao longo do texto - a revolução e a liberdade - envelheceram. Os atuais mitos/metapas de paz e liberdade constituem uma defesa contra o tempo e sua usura, visto que o mito sacraliza a história a qual se opõe, porque pertence à categoria do eterno.

Referências bibliográficas

ACHARD, Pierre et alli. O papel da memória. Campinas: Pontes, 1999.

ANDRESSEN, Sophia de Mello Breyner. Navegações (obra poética): editorial Caminho, Lisboa, 2004.

BARROSO, João. Políticas Educativas e Organização escolar – Temas Universitários. Universidade Aberta, Lisboa, 2005.

CARLOS, Afonso e SANTOS, Marques dos. A invenção do Brasil. Ensaio de história e cultura. Editora UFRJ, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, L. A; GÓES, M. *O Golpe Na Educação*. 11ª, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1989.

FARIA, L. Chaguismo e o brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

_____. CIEP: A Utopia Possível. São Paulo: Livros Tatu, 1991.

FARIA, L. e SOUZA, Sílvio (org.). Ecos e Memórias da Escola Fluminense. Rio de Janeiro: Quartet, Faperj, 2008.

⁸ Ai que saudade da Amélia, música popular composta por Mario Lago (fez a letra) em parceria com Ataulfo Alves (musicou), tornou-se sucesso como samba entre as décadas de 1940 e 1950. Desde então, Amélia tornou-se um mito, criticada sobremaneira pelas feministas que viam a letra como uma afirmação à ideia da mulher como um ser submisso e, conformada a essa condição. Tal julgamento, em muito, contrariou o significado que o autor quis dar à imagem daquela mulher. Em uma entrevista a Leda Nagle, Mario Lago disse que o movimento feminista não o perdoa, mesmo esclarecendo que Amélia foi pensada como um símbolo da mulher lutadora e solidária, que luta ao lado do seu companheiro, “aquela que não cria problema, a solidariedade na pobreza”. Eis a letra: Nunca vi fazer tanta exigência/Nem fazer o que você me faz/Você não sabe o que é consciência/ Nem vê que eu sou um pobre rapaz/ Você só pensa em luxo e riqueza/ Tudo o que você vê, você quer/ Ai, meu Deus, que saudade da Amélia/ Aquilo sim é que era mulher/ Às vezes passava fome ao meu lado/ E achava bonito não ter o que comer/ Quando me via contrariado/ Dizia: "Meu filho, o que se há de fazer!"/ Amélia não tinha a menor vaidade/ Amélia é que era mulher de verdade

FARIA, Lia e NOLASCO Silva: Chico Buarque no feminino e no masculino In Revista Gênero, EdUFF, Niterói, RJ,2010.

FARIA, Lia. Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

FOUCAULT. M. História da sexualidade: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)* 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes "história", "memória", "documento/monumento". Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1984.

LÔBO, Yolanda e FARIA, Lia (org.). *Vozes femininas no império e na república*. RJ: Quartet, 2008.

LOWY Michael e SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Editora Paz e Terra S. A., São Paulo, 1993.

MARTINS, Luciano. *A "Geração Ai-5" e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Editora Argumento, 2004.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: *História novos problemas*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1979.

PINTASSILGO, Joaquim (Org.). *25 de Abril e a Educação: discursos, práticas e memórias docentes*. Lisboa: Colibri, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O Livro preto dos CIEPs*. RJ: Bloch Editores S.A, 1986.

SANCHES, Maria de Fatima Chorão (org.). *A escola como espaço social. Leituras e olhares de professores e alunos*. Porto Editora, 2009.

SOUZA, S. C.; VILLANOVA, C.; FARIA, L. C. M. *Henriette Amado: uma aventura interrompida*. Labrys (Edição em Português. Online), v. 1, p. 1-150, 2011.

TEODORO, António. *A construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Edições Afrontamento.